→ *Erros de Contagem e Reposição de dinheiro*

A AGSE reconheceu a existência de má contagem de pontos (alguns por responsabilidade dos diretores) e garantiu que todas as situações, que considerem erradas, serão corrigidas.
O Presidente afirmou que a AGSE nunca deu indicação de que os pontos de 2017/2018 não seriam contabilizados.
Lembrámos que a Agência se tinha comprometido a suspender as reposições de verbas até à conclusão deste processo, o que não aconteceu, trazendo prejuízos aos trabalhadores.
Exigimos a emissão imediata de uma indicação para travar este processo de reposição de dinheiro.

→ *Regressos à Base da Carreira*

Alertámos que os TE que vincularam (ou venham a vincular) continuarão a sofrer reduções salariais, por regressarem à base da carreira, sem possibilidade da negociação salarial prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP).
A AGSE voltou a desculpar-se com as imposições das Finanças — uma justificação que consideramos inaceitável e que apenas serve para perpetuar a exploração.

O Presidente da AGSE demonstra estar perfeitamente alinhado com a falta de vontade política do Ministro Fernando Alexandre e do Governo, cuja linha de ação fragiliza a Escola Pública enquanto serviço universal e inclusivo.
O Governo recusa investir na resolução dos problemas dos trabalhadores que a sustentam, comprometendo-se apenas com o mínimo legal indispensável.
Esta postura causa enorme apreensão, pois mantém as injustiças e a falta de soluções concretas.

MAS A FEDERAÇÃO E OS TRABALHADORES NÃO VÃO PARAR!

Lembramos que a nossa Federação tem uma queixa apresentada na Provedoria de Justiça sobre estas matérias, aguardando resposta.
Continuaremos a desenvolver ações de denúncia junto das entidades competentes e apelamos a que, nos momentos próprios, os Técnicos Especializados e os Técnicos Superiores se mobilizem e lutem pelos seus direitos!

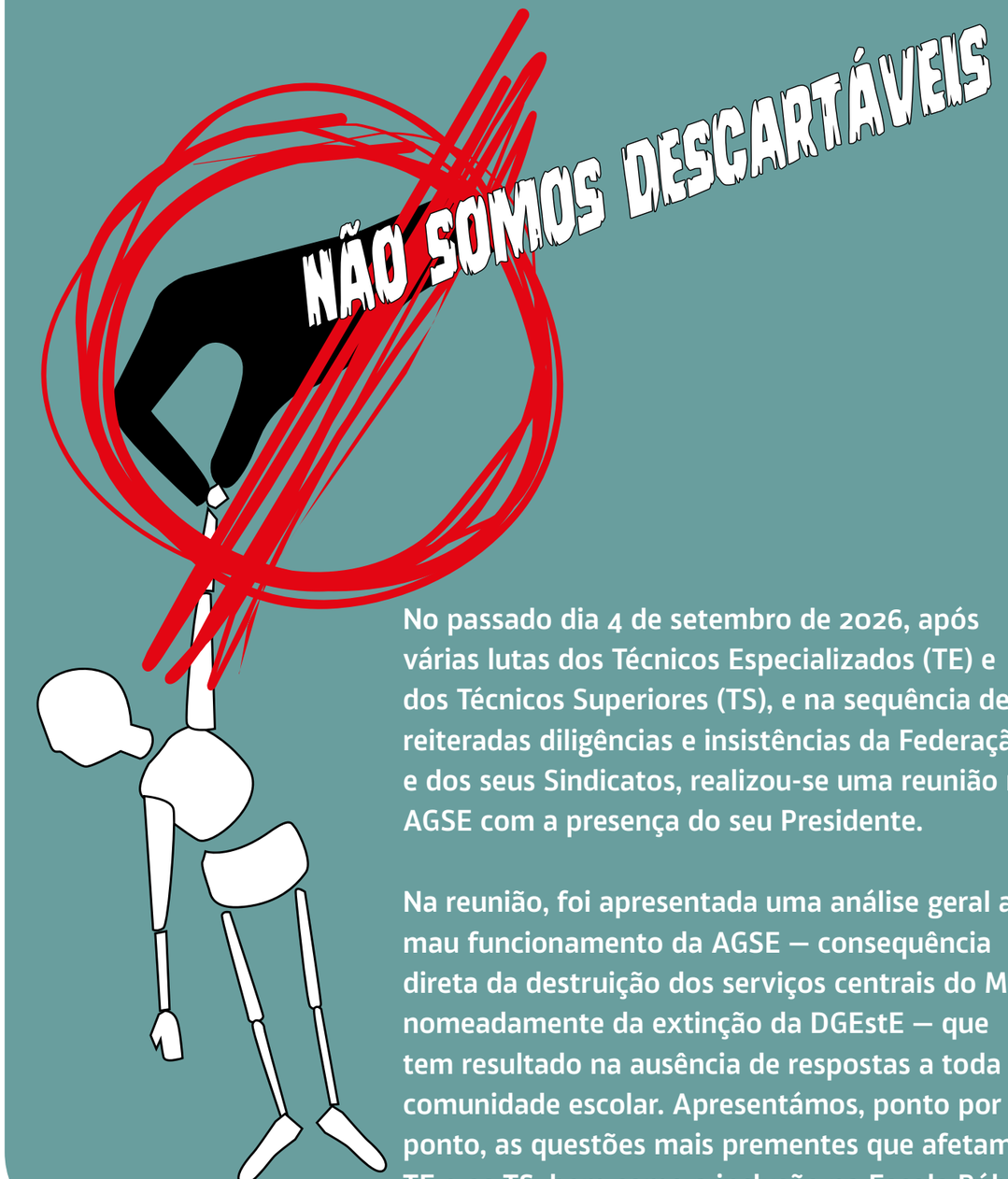
federação

A luta continua! Sindicaliza-te!
fpsnacional.pt

norte centro sul e regiões autónomas

Reunião da Federação com a
Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE)

OS TRABALHADORES TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E TÉCNICOS SUPERIORES EXIGEM RESPEITO!



No passado dia 4 de setembro de 2026, após várias lutas dos Técnicos Especializados (TE) e dos Técnicos Superiores (TS), e na sequência de reiteradas diligências e insistências da Federação e dos seus Sindicatos, realizou-se uma reunião na AGSE com a presença do seu Presidente.

Na reunião, foi apresentada uma análise geral ao mau funcionamento da AGSE — consequência direta da destruição dos serviços centrais do MECI, nomeadamente da extinção da DGEstE — que tem resultado na ausência de respostas a toda a comunidade escolar. Apresentámos, ponto por ponto, as questões mais prementes que afetam os TE e os TS, bem como a inclusão na Escola Pública.

SOBRE OS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS e os concursos da injustiça

A Federação confrontou o Presidente da AGSE com informações que este alegou desconhecer. Justificou-se com o facto de a preparação e conclusão dos cerca de 800 concursos mistos (para a integração de 1.406 TE) ter sido delegada, por despacho do MECI, nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas (DAE) e Diretores de Escolas Não Agrupadas (DENA).

Reafirmamos a nossa crítica à opção política por este mau modelo de concursos.
Os resultados confirmam que este não serve para integrar todos os TS com três ou mais anos de serviço, como seria legítimo e foi prometido pelo Ministro da Educação, Fernando Alexandre.
Muitos TE já foram despedidos.

Exigimos que o MECI assuma as suas responsabilidades, ponha fim à precariedade dos TE e promova um processo sério de Vinculação Extraordinária (baseado e tendo como um possível modelo, o PREVPAP), com um Concurso Nacional aberto e conduzido pela AGSE até à sua conclusão, garantindo a integração de TODOS os TE.

Consideramos inaceitável a justificação do Presidente da Agência sobre potenciais impedimentos colocados pelo Ministério das Finanças.
O MECI é o responsável e deve ter vontade política para agir.

Exemplos de ilegalidades e injustiças nos concursos mistos

→ Despedimentos e Baixa Vinculação
O Presidente desconhecia os despedimentos de TE com três ou mais anos de serviço, assim como a baixa taxa de vinculação neste concurso resultante do seu injusto modelo.
Trata-se de uma injustiça inaceitável, e a AGSE não pode sacudir a responsabilidade para cima dos diretores, quando o MECI é o autor deste processo.

→ Caducidade de Contrato
A Federação deu exemplos de diretores que, sabendo que os trabalhadores que foram agora despedidos têm vários anos de contrato, pretendem pagar apenas um ano de caducidade.
O Presidente da AGSE informou que irá preparar e enviar uma orientação a todos os diretores para repor a legalidade e indicar o pagamento integral.
Lembrámos que os trabalhadores têm apenas um ano para reclamar créditos em atraso no tribunal.

→ Problemas no SIGRHE
Alertámos novamente para o mau funcionamento e a desadequação do SIGRHE, apresentando casos concretos.
A AGSE afirmou estar a trabalhar na matéria — esperamos que seja desta.

→ Pedido de Dados
Solicitámos à Agência os números totais de TE que vincularam, bem como dos trabalhadores externos que entraram nas escolas através destes concursos.
O Presidente comprometeu-se a enviar a informação assim que o levantamento estiver concluído.

→ Abaixamento Salarial e Perda de Pontos SIADAP
Alertámos que, tal como aconteceu com os TE integrados pelo PREVPAP como TS, mantém-se a injustiça da redução salarial nestes concursos, apenas pelo facto de vincularem noutra carreira — apesar de continuarem a desempenhar funções com a mesma complexidade funcional.
A Federação voltou a propor legislação especial para esta exceção, evitando que os pontos de SIADAP obtidos sejam "deitados ao lixo" e garantindo a sua contabilização para a futura carreira de Técnico Superior.

SOBRE OS TÉCNICOS SUPERIORES Consolidação da Mobilidade e Recomposição da Carreira

→ Mobilidade Geográfica e Consolidação
Reafirmamos a necessidade urgente de legislação especial para responder à mobilidade geográfica dos TS entre Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, assegurando a consolidação das mobilidades (algumas com anos de existência) dos TS vinculados pelo PREVPAP.
Trata-se de devolver a estabilidade familiar a estes trabalhadores e dotar as escolas de um instrumento de gestão fundamental.
O Presidente alegou a inexistência de quadros de pessoal para legislar sobre a matéria; a Federação respondeu claramente: então que se criem esses quadros!

→ Recomposição da Carreira e Retirada de Pontos (2017/2018)
Reafirmamos a injustiça da perda de pontos do biénio 2017/2018, lembrando que já existe decisão judicial transitada em julgado.
A AGSE referiu estar a analisar, caso a caso, mais de mil situações de perda de pontos e cortes salariais (restando cerca de 200 por reanalisar).